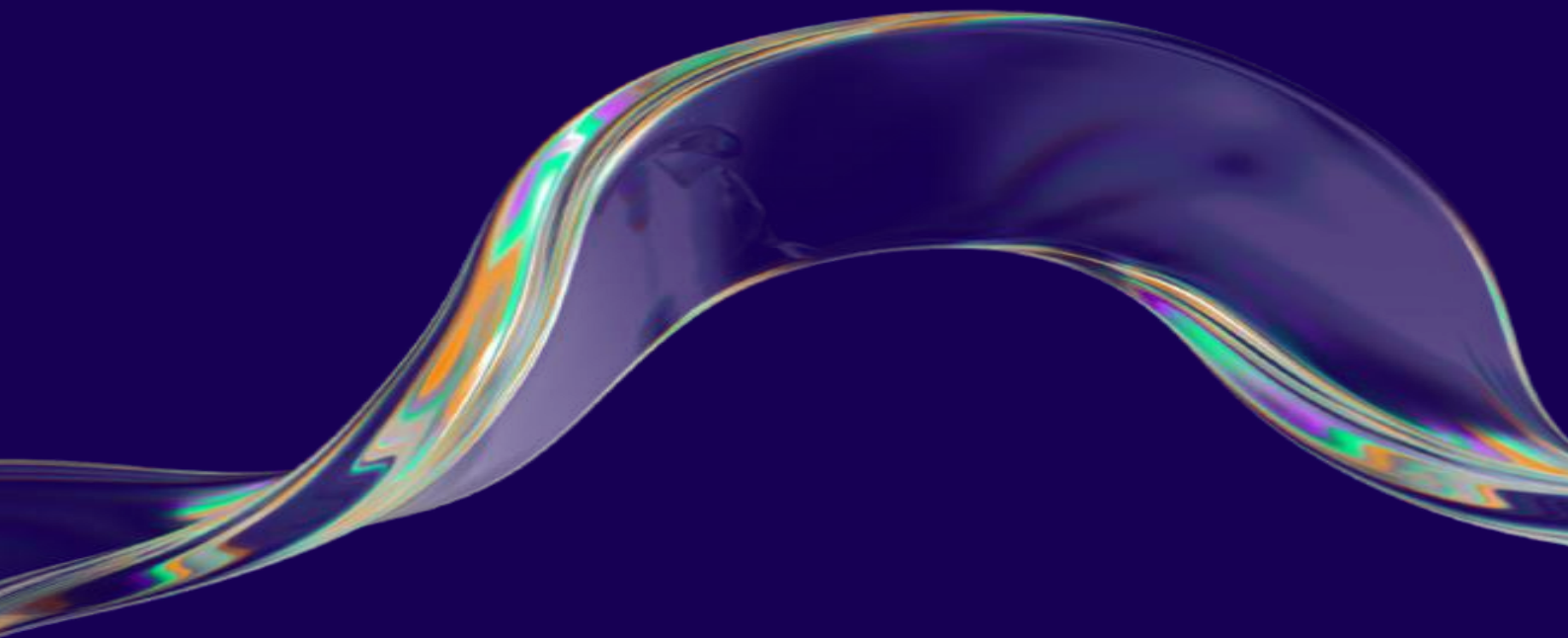


MRTV Energia S.A



**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório dos auditores
independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas
MRTV Comercializadora de Energia Ltda

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MRTV Comercializadora de Energia Ltda ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da MRTV Comercializadora de Energia Ltda e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa e da Empresa e sua controlada em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

MRTV Comercializadora de Energia Ltda.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

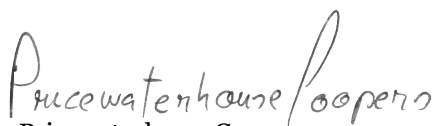


MRTV Comercializadora de Energia Ltda.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras

Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Balço patrimonial	9
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	12
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	13
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	14
5	Resultado financeiro líquido.....	15
6	Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva.....	16
7	Contas a receber de clientes	16
8	Investimentos.....	16
9	Imobilizado	17
10	Financiamentos	21
11	Fornecedores.....	23
12	Provisão para litígios	23
13	Obrigaões de desmobilização de ativos.....	23
14	Partes relacionadas	24
15	Patrimônio líquido.....	25
16	Imposto de renda e contribuição social	26
17	Instrumentos financeiros e gestão de risco	26
18	Seguros	31

MRTV Energia S.A
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Controladora	Consolidado
	Nota	2023	2022
		(não auditado)	2023
Receita líquida	5	-	-
Custo com energia elétrica	6	-	-
Custo com operação	6	-	-
Lucro bruto		-	-
Despesas operacionais	6		
Gerais e administrativas		(62)	-
		(62)	-
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(62)	-
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial		1.040	-
		1.040	-
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		55	58
Despesas financeiras		-	-
		55	58
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.033	58
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	18	-	(13)
Lucro do exercício atribuído aos acionistas		1.033	45
Lucro do exercício atribuído aos acionistas controladores		1.033	45
Lucro do exercício atribuído aos acionistas não controladores		-	-
Lucro do exercício		1.033	45

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MRTV Energia S.A
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	2023	Controladora	Consolidado
		2022	
		(não	
		auditado)	2023
Lucro líquido do exercício	1.033	45	2.625
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.033	45	2.625
Resultado abrangente do exercício atribuído aos acionistas controladores	1.033	45	1.033
Resultado abrangente do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	1.592
Total do resultado abrangente do exercício	1.033	45	2.625

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MRTV Energia S.A
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado
	Nota	2023	2022 (não auditado)	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.033	58	4.115
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa				
Juros e variações monetárias de financiamentos	12 (c)	-	-	6.805
Depreciação e amortização	6	-	-	5.410
Equivalência patrimonial	10	(1.040)	-	-
Apropriação dos custos de captações	12 (c)	-	-	96
Rendimento sobre fundo de liquidez - conta reserva		-	-	(282)
Ajuste a valor presente sobre obrigações de desmobilização de ativos	15 (a)	-	-	130
		(7)	58	16.274
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Contas a receber de clientes		-	-	27
Tributos a recuperar		(10)	(18)	(55)
Demais créditos e outros ativos		-	1	(157)
Fornecedores		-	-	(2.095)
Tributos a recolher		-	4	(1.560)
Partes relacionadas		-	(2)	(2)
Demais obrigações e outros passivos		-	-	263
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		(17)	43	12.695
Juros pagos sobre empréstimos	12 (c)	-	-	(4.001)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(13)	(4)	(13)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(30)	39	8.681
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Resgate em conta reserva		-	-	187
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		-	-	187
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Liquidação de financiamentos	12 (c)	-	-	(4.079)
Liquidação de arrendamentos		-	-	(2)
Redução de capital		(700)	-	(700)
Dividendos pagos	1.1.1 (a)	(9)	-	(9)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(709)	-	(4.576)
Acrécimo em caixa e equivalentes de caixa		(739)	39	4.078
Caixa incluído por empresa incluída na consolidação		-	-	26.907
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.035	996	1.035
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		296	1.035	32.020
Principais transações que não afetaram o caixa				
Aumento de capital	1.1.1 (b)	58.303	-	-
Redução de capital via transferência de ativos	1.1.1 (c)	(28.875)	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MRTV Energia S.A
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado
	Nota	2023	2022 (não auditado)	2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	296	1.035	32.020
Contas a receber de clientes	9	-	-	1.606
Tributos a recuperar		28	18	276
Outros ativos		-	-	287
		<u>324</u>	<u>1.053</u>	<u>34.189</u>
Não circulante				
Fundo de liquidez - conta reserva	8	-	-	3.658
Partes relacionadas	16	-	-	3.538
		-	-	7.196
Investimento	10	30.468	-	-
Imobilizado	11	-	-	161.548
Intangível		-	-	115
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		-	-	9
		<u>30.468</u>	<u>-</u>	<u>161.672</u>
Total do ativo		<u>30.792</u>	<u>1.053</u>	<u>203.057</u>
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Financiamentos	12	-	-	6.385
Fornecedores	13	-	-	2.902
Arrendamentos		-	-	5
Tributos a recolher		-	13	225
Partes relacionadas	16	-	-	43
Dividendos a pagar	16	981	9	981
Outros passivos		-	-	415
		<u>981</u>	<u>22</u>	<u>10.956</u>
Não circulante				
Financiamentos	12	-	-	124.977
Arrendamentos		-	-	4
Tributos a recolher		-	-	4.764
Obrigações de desmobilização de ativos	15	-	-	2.077
		-	-	131.822
Total do passivo		<u>981</u>	<u>22</u>	<u>142.778</u>
Patrimônio líquido				
Capital social	17	29.728	1.000	29.728
Reserva de lucros		83	31	83
Total do patrimônio líquido		<u>29.811</u>	<u>1.031</u>	<u>29.811</u>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		29.811	1.031	29.811
Participação dos acionistas não controladores		-	-	30.468
Total do patrimônio líquido		<u>29.811</u>	<u>1.031</u>	<u>60.279</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>30.792</u>	<u>1.053</u>	<u>203.057</u>

MRTV Energia S.A
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Reservas de lucros				Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva Legal	Retenção	Lucros Acumulados			
Em 1º de janeiro de 2022		1.000	-	(5)	-	995	-	995
Lucro líquido exercício		-	-	-	45	45	-	
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	45	45	-	45
Destinação do resultado do exercício								
Constituição de reserva legal		-	2	-	(2)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		-	-	-	(9)	(9)	-	(9)
Retenção de lucro		-	-	34	(34)	-	-	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		-	2	34	(45)	(9)	-	(9)
Em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)		1.000	2	29	-	1.031	-	1.031
Lucro líquido exercício		-	-	-	1.033	1.033	1.592	2.625
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	1.033	1.033	1.592	2.625
Aumento de capital	1.1.1 (b)	58.303	-	-	-	58.303	28.876	87.179
Redução de capital via transferência de ativos	1.1.1 (c)	(28.875)	-	-	-	(28.875)	-	(28.875)
Redução de capital via caixa	1.1.1 (c)	(700)	-	-	-	(700)	-	(700)
Destinação do resultado do exercício	17 (c)							
Constituição de reserva legal		-	52	-	(52)	-	-	-
Dividendos fixos preferenciais		-	-	-	(981)	(981)	-	(981)
Contribuições e distribuições aos acionistas		28.728	52	-	(1.033)	27.747	28.876	56.623
Em 31 de dezembro de 2023		29.728	54	29	-	29.811	30.468	60.279

1 Considerações gerais

A MRTV Energia S.A., "Companhia" ou "MRTV", é sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, que foi constituída em 07 de dezembro de 2020.

A Companhia tem por objetivo (i) a exploração, em nome próprio ou por meio de participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica, na forma permitida em lei e mediante obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e a comercialização de energia elétrica a partir de qualquer fonte; (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal propósito; e (iv) a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos e a prestação de serviços de consultoria de projetos energia elétrica.

A Companhia é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren"), e possui participação societária detida pela Ibema Companhia Brasileira de Papel ("Ibema").

As atividades da Companhia e sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Dividendos deliberados e pagos

Em 27 de abril de 2023, a Administração da Companhia deliberou o pagamento de dividendos para sua controladora Auren, no montante de R\$ 9, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O pagamento dos dividendos ocorreu em 07 de novembro de 2023.

(b) Aumento de Capital

Em 17 de maio de 2023, houve aumento de capital no montante de R\$ 58.303, em ativos da Ventos de São João Paulo II, correspondente a sua participação na Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santo Alfredo") e sem efeito caixa. Em decorrência do referido aumento, o capital social da Companhia passou de R\$ 300, dividido em 320.388 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 58.603, dividido em 54.304.614 ações, sendo (i) 27.152.307 ações ordinárias, das quais 12.218.538 pertencem à classe A; 14.933.769 à classe B; e (ii) 27.152.307 ações preferenciais, sendo todas as ações da Companhia nominativas e sem valor nominal, e a Companhia passou a deter 100% de participação na Ventos de Santo Alfredo.

Os ativos e passivos da Ventos de Santo Alfredo foram aportados na Companhia a valor contábil com base em Laudo de Avaliação elaborado por avaliadores independentes. Demostramos abaixo os ativos e passivos aportados:

	<u>30/04/2023</u>		<u>30/04/2023</u>
Ativos		Passivos	
Caixa e equivalentes de caixa	26.907	Empréstimos e financiamentos	6.230
Contas a receber de clientes	1.633	Fornecedores	4.611
Tributos a recuperar	220	Tributos a recolher	312
Outros ativos	63	Partes relacionadas	45
Fundo de liquidez - conta reserva	3.563	Outros passivos	159
Partes Relacionadas	3.538	Empréstimos e financiamentos	126.311
Imobilizado	166.618	Tributos a recolher	4.760
Intangível	136	Obrigações e desmobilização de ativos	1.947
		Patrimônio líquido	
		Capital social	63.236
		Prejuízos acumulados	(4.933)
Total do ativo	<u><u>202.678</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>202.678</u></u>

(c) Redução de Capital

Durante o ano houve duas reduções de capital social da Companhia, em 15 de março, no montante de R\$ 700, devido acúmulo de caixa e em 13 de junho, sem efeito caixa, no montante de R\$ 28.875, com a transferência de 50% do capital da Ventos de Santo Alfredo para a sua controladora Auren, passando o capital social de R\$ 58.603, dividido em 54.304.614 ações sendo 27.152.307, ações ordinárias, das quais 12.218.538 pertencem à classe A; 14.933.759 à classe B; e 27.152.307 ações preferenciais, todas as ações da Companhia nominativas e sem valor nominal, para R\$ 29.728 dividido em 54.304.614 ações, sendo 27.152.307 ações ordinárias, das quais 12.218.538 pertencem à classe A; 14.933.769 à classe B; e 27.152.307 ações preferenciais, todas as ações da Companhia nominativas e sem valor nominal.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2023, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* (“IFRS”)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (“IFRIC”), ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 30 de abril de 2024.

Base de apresentação

2.2

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

2.4

Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

A empresa controlada incluída na consolidação está descrita na Nota 1.1.1 (b).

Controlada

A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e resultados de transações entre controlada da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controlada são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Operação em conjunto (*joint operation*)

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras de forma proporcional à participação da Companhia na controlada em conjunto.

A Ventos de Santo Alfredo possui participação de 15,22% na empresa Consórcio Ventos do Piauí III, havendo controle em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.; iii) Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.; iv) Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

Empresa controlada incluída na demonstração financeira consolidada

	2023		2022		Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante		
Complexo Eólico Ventos do Piauí II e III						
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A	50%	100%	0%	0%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica

Para fins de consolidação são considerados os percentuais de 100% de participação societária, visto que a Companhia é detentora da totalidade de ações ordinárias de sua controlada.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

Alterações no CPC 32 / IAS 12 “Tributos sobre o lucro”

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2023, a alteração ao CPC 32 /IAS 12 a qual requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento inicial de um ativo ou um passivo, resultando em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis não adotadas pela Companhia em 2023

A Companhia e sua controlada analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

- (i) CPC 50 – Contratos de seguros – Adoção inicial;
- (ii) CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis – Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis;
- (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Prover *guidance* sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis;
- (iv) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture - Prover *guidance* para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

(c) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez no exercício iniciado após 1º de janeiro de 2024, para as quais não se espera efeitos significativos para a Companhia e sua controlada:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 06 - Arrendamento	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; (ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; (iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: evidenciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a controlada Ventos de Santo Alfredo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
10	Investimentos
11	Imobilizado
14	Provisão para litígios
15	Obrigações de desmobilização de ativos

Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A controlada Ventos de Santo Alfredo segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da controlada da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da controlada Ventos de Santo Alfredo são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

As operações de venda de energia realizadas pela Sociedade são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

Contratos regulados - Leilão: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em leilões.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	Consolidado 2023
Venda de energia		
Partes relacionadas	16	18.956
Energia de curto prazo - CCEE		195
		<u>19.151</u>

MRTV Energia S.A

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Deduções sobre a receita bruta	
PIS e COFINS sobre receitas operacionais	(699)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(79)
	(778)
Receita líquida	18.373

Custos e despesas

	Consolidado			
	2023			
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Total
Energia comprada	(256)	-	-	(256)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	(1.377)	-	-	(1.377)
Depreciação e amortização	-	(5.121)	(289)	(5.410)
Materiais	-	(13)	(19)	(32)
Materiais	-	(13)	(19)	(32)
Serviços	-	(1.719)	(197)	(1.916)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	(1.191)	-	(1.191)
Manutenção e conservação	-	(153)	(84)	(237)
Serviços de terceiros	-	(375)	(113)	(488)
Outros	-	(445)	(351)	(796)
Aluguéis e arrendamentos	-	(300)	(3)	(303)
Seguros	-	-	(348)	(348)
Impostos, taxas e contribuições	-	(30)	-	(30)
Outros custos e despesas líquidas	-	(115)	-	(115)
	(1.633)	(7.298)	(856)	(9.787)

5 Resultado financeiro líquido

	Nota	Controladora	Consolidado	
		2023	2022	2023
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras		58	61	2.754
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(3)	(3)	(3)
Outras receitas financeiras		-	-	1
		55	58	2.752
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	12 (c)	-	-	(3.273)
Atualização monetária sobre financiamentos	12 (c)	-	-	(3.532)
Despesa de captação de financiamentos		-	-	(130)
Apropriação dos custos de captações	12 (c)	-	-	(96)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	15 (a)	-	-	(130)
Juros sobre mútuo	16	-	-	(12)
Outras despesas financeiras		-	-	(50)
		-	-	(7.223)
		55	58	(4.471)

6 Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2023
Caixa			
Caixa e bancos	8	34	139
	8	34	139
Equivalentes de caixa			
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	288	1.001	31.881
	288	1.001	31.881
Caixa e equivalentes de caixa	296	1.035	32.020
Fundo de liquidez - Conta reserva (ii)			
Não circulante	-	-	3.658
	-	-	3.658
	296	1.035	35.678

Em 31 de dezembro de 2023, CDBs e fundo de liquidez – conta reserva possuem taxa de remuneração entre 99,35% e 101,38% do CDI (100,22% e 101,90% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

(i) Os contratos de financiamento da controlada Ventos de Santo Alfredo exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

6.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Controladora		Consolidado
	Rating local		Rating local
	2023	2022	2023
AAA	296	1.035	35.678
	296	1.035	35.678

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizados por elas.

7 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Pós Vendas da controlada Ventos de Santo Alfredo analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela controlada Ventos de Santo Alfredo, normalmente, possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

(a) Composição

	Consolidado
	2023
Partes relacionadas (Nota 16)	1.431
Energia de curto prazo - CCEE	175
	1.606

(b) Vencimentos de contas a receber

Em 31 de dezembro de 2023, a controlada Ventos de Santo Alfredo não possui saldos vencidos nem contas cujo recebimento seja considerado duvidoso, e dessa forma não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

8 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e sua controlada direta e indireta ("subsidiária"). A subsidiária é consolidada quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2023				Controladora	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido do período	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo
					2023	2023
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial						
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A						
(i)	60.935	(791)	50,00	100,00	1.040	30.468
					1.040	30.468

(i) O resultado de equivalência patrimonial registrado na Companhia não concilia com o percentual correspondente à participação societária em 31 de dezembro de 2023 devido a aquisição de ações ocorrida em maio de 2023 conforme Nota 1.1.1 (b).

(b) Movimentação

	Nota	Controladora
		2023
Saldo no início do período		-
Equivalência patrimonial		1.040
Aumento de Capital	1.1.1 (b)	58.303
Redução de capital	1.1.1 (c)	(28.875)
Saldo no final do período		30.468

9 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A controlada Ventos de Santo Alfredo reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 15).

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada Ventos de Santo Alfredo não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	2023
Saldo líquido no início do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	908	908
Baixas	-	-	-	-	-	(522)	(522)
Depreciação	(4.733)	(599)	(15)	(38)	(2)	-	(5.387)
Empresa incluída na consolidação	140.950	21.118	625	1.809	45	2.002	166.549
Transferências	(350)	660	-	-	7	(317)	-
Saldo no final do exercício	135.867	21.179	610	1.771	50	2.071	161.548
Custo	145.366	22.474	644	1.841	54	2.071	172.450
Depreciação acumulada	(9.499)	(1.295)	(34)	(70)	(4)	-	(10.902)
Saldo líquido no final do exercício	135.867	21.179	610	1.771	50	2.071	161.548
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	3	6		

10 Financiamentos**Política contábil**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

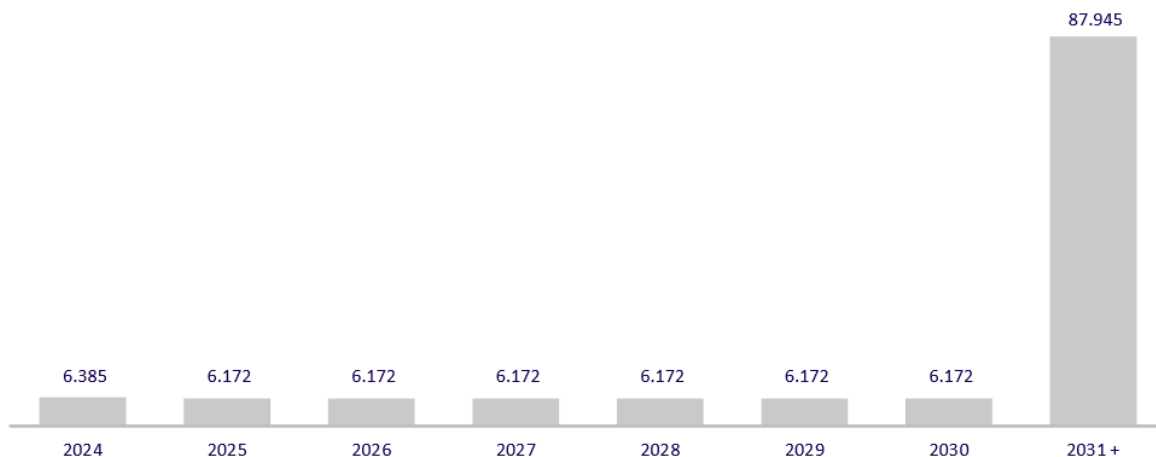
(a) Composição

										Consolidado
										2023
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
BNDES	TLP + 4,56%	6.300	(129)	214	6.385	127.586	(2.609)	124.977	131.362	89.264
		6.300	(129)	214	6.385	127.586	(2.609)	124.977	131.362	89.264

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

TLP – Taxa de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional

(b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Consolidado
	2023
Saldo no início do exercício	-
Provisão de juros (Nota 7)	3.273
Atualização monetária (Nota 7)	3.532
Apropriação dos custos de captações (Nota 7)	96
Juros pagos	(4.001)
Liquidações	(4.079)
Empresa incluída na consolidação	132.541
Saldo no final do exercício	131.362

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDDES	Garantia prestada pela Auren Energia S.A. e pela MRTV Energia S.A. Contas reservas; Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas (não auditado)

Os financiamentos obtidos pela controlada Ventos de Santo Alfredo contêm cláusulas restritivas (*covenants*) financeiras e não financeiras.

Atualmente, o único *covenant* financeiro existente é o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD), que possui a obrigatoriedade de manutenção desse índice em maior ou igual a 1,3x, apurado a cada encerramento do exercício.

A Administração da Companhia e sua controlada monitora esses índices para que as condições sejam atendidas, sendo que em 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer descumprimento dessas condições.

11 Fornecedores

	Consolidado
	2023
Fornecedores de materiais	2.849
Fornecedores de serviços	53
	2.902

12 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2023, a controlada Ventos de Santo Alfredo possui apenas processos de natureza tributária com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 426 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

13 Obrigações de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia.

(a) Composição e movimentação das provisões

	Consolidado		
	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	2023
Saldo no início do exercício	-	-	-
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	130	130
Empresa incluída na consolidação	44.839	(42.892)	1.947
Saldo no final do exercício	<u>44.839</u>	<u>(42.762)</u>	<u>2.077</u>
Não circulante	44.839	(42.762)	2.077
	<u>44.839</u>	<u>(42.762)</u>	<u>2.077</u>

14 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados principalmente, à compra e venda de produtos e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren.

	Consolidado				
	Ativo		Passivo	Vendas (Nota 5)	Compras e serviços
	2023	2023	2022 (não auditado)	2023	2023
Contas a receber de clientes (Nota 9) - Vendas de energia e outras receitas					
CESP Comercializadora de Energia S.A.	1.431	-	-	18.839	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	117	-
	<u>1.431</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.956</u>	<u>-</u>
Fornecedores – compras e serviços					
Votorantim S.A.	-	43	-	-	(177)
Conta corrente					
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	907	-	-	-	-
Ventos de São Alfredo Energias Renováveis S.A.	907	-	-	-	-
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	998	-	-	-	-
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	726	-	-	-	-
	<u>3.538</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Dividendos a pagar					
Auren Energia S.A.	-	981	9	-	-
	<u>4.969</u>	<u>1.024</u>	<u>9</u>	<u>18.956</u>	<u>(177)</u>

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 29.728 (1.000 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 54.304.614 ações, sendo 27.152.307 ações ordinárias, das quais 12.218.538 pertencem à classe A; 14.933.769 à classe B; e 27.152.307 ações preferenciais, todas as ações da Companhia nominativas e sem valor nominal (1.000.000 em 31 de dezembro de 2022).

O capital social da Companhia é dividido conforme quadro societário abaixo:

	Capital social integralizado	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Acionistas controladores					
Auren Energia S.A.	21.553	12.218.538	27.152.307	39.370.845	72,5%
Ibema Companhia Brasileira de Papel S.A	8.175	14.933.769	-	14.933.769	27,5%
	29.728	27.152.307	27.152.307	54.304.614	100%

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2023, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos fixos preferenciais, no montante de R\$ 981 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2022), reconhecido em dividendos a pagar.

Cálculo

	2023	2022 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	1.033	45
(-) Reserva legal - 5%	(52)	(2)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	981	43
(-) Dividendos fixos preferenciais conforme estatuto	(981)	(9)
(=) Saldo de lucros acumulados	981	34
(-) Retenção de lucros	-	(34)
(=) Saldo	-	-

16 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

A controlada da Companhia optou pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, e para as vendas de crédito de carbono com base na alíquota de presunção de 32% (IRPJ e CSLL).

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação de despesa de IRPJ e CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a holding apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado
	2023	2022 (não auditado)	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.033	58	4.115
Alíquotas nominais	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(351)	(20)	(1.399)
Equivalência patrimonial	354	-	-
Outras adições permanentes, líquidas	(3)	7	(3)
Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(88)
IRPJ e CSLL apurados	-	(13)	(1.490)
Correntes	-	(13)	(1.490)
IRPJ e CSLL no resultado	-	(13)	(1.490)

17 Instrumentos financeiros e gestão de risco

17.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da Companhia no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Controladora		Consolidado
		2023	2022	2023
Ativos				
Ao custo amortizado				
Contas a receber de clientes (Nota 9)		-	-	1.606
Partes relacionadas (Nota 16)		-	-	3.538
		-	-	5.144
Ao valor justo por meio do resultado (i)				
Equivalentes de caixa (Nota 8)	1	288	1.001	31.881
Fundo de liquidez - Conta reserva (Nota 8)	1	-	-	3.658
		288	1.001	35.539
		288	1.001	40.683
Passivos				
Ao custo amortizado				
Financiamentos (Nota 12) (ii)		-	-	131.362
Arrendamentos		-	-	9
Fornecedores		-	-	2.902
Partes relacionadas (Nota 16)		-	-	43
		-	-	134.316

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 12.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

17.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco de não performance dos parques eólicos e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às empresas *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	12.023	23.118	22.021	137.418	194.580
Fornecedores	2.902	-	-	-	2.902
Arrendamentos (i)	6	4	-	-	10
Partes relacionadas	43	-	-	-	43
	14.974	23.122	22.021	137.418	197.535

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial e das taxas de juros.

(i) Risco cambial

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados à moeda estrangeira. A proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus ativos e passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

17.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2023 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2023, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2024;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023.

					Consolidado				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2023	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 11,65%	Equivalentes de caixa, e fundo de liquidez - conta reserva	35.539	BRL mil	69 bps*	(244)	(1.035)	(2.070)	1.035	2.070
IPCA 5,79%	Financiamentos (i)	134.100	BRL mil	38 bps*	(510)	1.549	3.098	(1.549)	(3.098)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* basis points

18 Seguros

A Companhia mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até junho/2024
RCG	RC Operações, Empregador, Poluição Súbita, Danos Morais, entre outras	até agosto/2025

O prêmio total pago pela Companhia para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 566 em 31 de dezembro de 2023.